

Travestilidade em pauta: uma análise sobre Mídia, Estereótipos e Violência¹

Wendel dos Santos RODRIGUES²
Francisco de Moura Valente JÚNIOR³
Centro Universitário Estácio do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Este artigo analisa uma reportagem do programa policial Cidade 190, da TV Cidade, sobre o aumento da violência contra travestis e transexuais no estado do Ceará. O objetivo é observar como a narrativa jornalística contribui na propagação e estigmatização de mulheres transexuais e travestis, discorrendo sobre os discursos construídos ao longo da matéria. Para alcançá-lo, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Entre os resultados foi possível observar que, apesar dos valores-notícia que conduz a reportagem, os profissionais de comunicação ainda impõem suas personalidades nas narrativas utilizadas e replicam discursos estigmatizados que podem legitimar a transfobia.

PALAVRAS-CHAVE: Travestilidade; mídia; estereótipos; violência.

1 INTRODUÇÃO

A televisão continua sendo um dos principais meios de comunicação de massa e também uma das mais importantes fontes de conhecimento e informação da população brasileira. Através dela, diariamente, milhares de pessoas são impactadas de forma direta ou indireta na disseminação de notícias, entretenimento e ideias. Tudo isso graças ao protagonismo legítimo que ela conquistou sobre a opinião pública, tendo o privilégio de ocupar um espaço decisivo no cotidiano das pessoas (FERREIRA, 2015, p.1).

Apesar dos avanços da sociedade, Ferreira (2015, p.1) afirma que estereótipos e preconceitos recebem a contribuição e a potencialização dos meios de comunicação de massa

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém-graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio do Ceará, e-mail: wendelsantos.ti@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Me. dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Administração e também coordenador do MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais do Centro Universitário Estácio do Ceará. Emails: francisco.junior@estacio.br

a partir dos discursos adotados pelos que os fazem. E no panorama midiático brasileiro, os programas que mais se destacam nessa característica são os conhecidos como policiaescos, que se utilizam do sensacionalismo e espetacularização do fato na elaboração de suas narrativas.

Com base nisso, este trabalho analisará uma reportagem do programa policial Cidade 190, da TV Cidade, sobre o aumento da violência contra travestis e transexuais no estado do Ceará. A matéria exibida no dia 02 de setembro de 2020, pela afiliada da Record, violou todas as barreiras do respeito à identidade de gênero das personagens mencionadas, assim como, deu à narrativa um tom estigmatizado e estereotipado sobre questões recorrentes da vida dessas mulheres.

Logo, o presente artigo parte do seguinte questionamento: como a narrativa jornalística pode contribuir e propagar a desinformação e estigmatização de mulheres transexuais e travestis? A fim de responder essa pergunta, o objetivo geral deste estudo é analisar a reportagem e discorrer os discursos jornalísticos construídos ao longo da matéria.

Como desdobramento, os objetivos específicos possuem a intenção de: refletir acerca dos processos produtivos da notícia; analisar a influência da mídia televisiva a partir do discurso sensacionalista; discutir sobre a incompreensão de questões de gênero e sexualidade por parte dos profissionais de comunicação; e, por fim, contrapor as falas dos apresentadores sobre a violência com dados oficiais sob recortes sociais.

A escolha em abordar um assunto sobre transexualidade/travestilidade se faz necessária como reparação e resistência ao aumento da violência social e de gênero cometida contra transexuais e travestis, sobretudo, pela mídia.

Já a seleção do objeto estudado emergiu a partir de uma inquietação pessoal ao assistir o conteúdo da reportagem e a cobertura do fato noticiado pelos apresentadores José Filho e Emanuella Braga e repórter Águia Dourada, do programa Cidade 190.

Ademais, pesquisar sobre a temática e trazer a memória a esses corpos na presente conjuntura brasileira é mais do que necessário, afinal, ainda existe uma onda conservadora que visa marginalizar nos diversos espaços da sociedade quem se opõe aos padrões sociais e sexuais da heterocisnormatividade.

No que se refere à metodologia, o trabalho possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, por possuir o interesse de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, considerando a concepção de problemas mais precisos (PIANA apud GIL, 1999, p.43). Quanto ao método, foi realizado um estudo de caso.

Com relação à estrutura teórica, apoiada em pesquisas bibliográficas e documentais, encontram-se os estudos de Mattos (2001), Amaral (2006), Jesus (2012), Ferreira (2015), Bistane e Bacellar (2015), Louro (2018), Nicolato (2019), Liesen (2020) e outros.

2 A TELEVISÃO E O PROCESSO PRODUTIVO DA NOTÍCIA

Sabe-se bem a importância adquirida pela televisão no cotidiano dos brasileiros ao longo dessas sete décadas de sua existência no país. Enquanto que no seu início ela era quase unicamente encontrada em seletas residências, atualmente, é um meio de comunicação ubíquo, presente nas mais diversas camadas da sociedade.

E é por fazer parte da rotina das pessoas, que sua função, enquanto meio veiculador de mensagens, transcende os papéis técnicos, tornando-se autossuficiente ao ponto de moldar hábitos e construir culturas a partir do entendimento de seu conteúdo (KELLNER apud JESUS e RESENDE, 2013).

Na medida em que a televisão se desenvolveu, o público “cresceu” junto com ela, agregando valores ‘televisivos’ ao meio social. A TV moldou hábitos, criou linguagens, instigou o consumo, ditou moda e desenvolveu uma cultura que é recebida e disseminada por seus telespectadores dia a dia. (JESUS e RESENDE, 2013, p.6).

À vista disso, é nesse exercício do poder (CASTELLS, 2011) que percebemos a importância, abrangência e papel da imprensa televisiva no processo produtivo do que é exibido ao público, já que segundo Bourdieu (1997, p.18) “estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo”.

Dessa forma, refletindo sobre o desenvolvimento do fazer jornalístico, cabe à imprensa o papel de pensar e escolher o que será pautado e como será a abordagem de seus conteúdos, levando em consideração diversos fatores e interesses internos e externos, conforme Neves (2019, p. 58) afirma ao dizer que as empresas jornalísticas não se tratam apenas de “indústrias da notícia, mas que possuem também lados e posições a defender”.

A partir dessa compreensão, paira-se o questionamento se o que chega ao público realmente confere com o reflexo do que acontece, de forma a considerar se a imparcialidade, a objetividade, a liberdade de imprensa e os princípios éticos do que está sendo veiculado encontram-se à prova (NICOLATO, 2019).

E para entender esses processos de *newsmaking*, diversos estudiosos e teorias ilustram cenários e critérios utilizados na escolha do que possa vir a ser notícia. Noblat (2008),

por exemplo, exercendo seu olhar crítico e realista, afirma que "fora dos manuais, notícia na verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público", corroborando com o pensamento de Schudson (1988, n.p.), que admite que:

[...] a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, director, editor, estrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas freqüentemente operam se as pensar.

Seguindo neste raciocínio, Wolf *apud* Silva (2005, p.97) ainda destaca que “o produto informativo” se apresenta como o resultado de uma série de negociações realizadas pelos jornalistas, “que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido”, construindo assim uma realidade paralela em função dos aspectos estabelecidos.

Em concordância, Ribeiro (2019, p.7) esclarece que:

O jornal atua de forma a construir a realidade. E isso se dá por meio da mediação das informações, das escolhas dos acontecimentos a serem abordados nas publicações, dentre os inúmeros eventos diários, e dos recortes da abordagem desses acontecimentos. As notícias são resultados de olhares e decisões.

Ao contrário dessas teorias ligadas apenas à subjetividade dos profissionais, outras vertentes apontam aos próprios fatos fatores decisivos e elegíveis a classificarem o que pode se tornar notícia ou não, a partir dos chamados “valores-notícia” e “critérios de noticiabilidade”, reconhecidos por Wolf *apud* Silva (2005, p.96) como um sistema de avaliação de relevância.

Nessa abordagem, o poder de escolha dos profissionais de comunicação não é baseado em apenas interesses próprios de forma independente, mas esses necessitam obedecer certos parâmetros técnicos na seleção e hierarquização dos acontecimentos (VERNER, 2019), como relevância, atualidade, proximidade, notoriedade, impacto e outros.

Portanto, mesmo com os diversos artifícios e critérios na seleção do que é noticiável, a ação pessoal dos profissionais na abordagem dos fatos ainda continua presente, como prevê Silva (2005) ao usar uma citação de Golding e Elliot *apud* Wolf sobre a usabilidade dos valores-notícia. Na explicação, os estudiosos apontam esses como “linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido” e “onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público”.

3 A DISPUTA PELA AUDIÊNCIA E O JORNALISMO SENSACIONALISTA

Hoje, não há mais a exclusividade da televisão, do rádio e nem do impresso como únicos canais de acesso às informações. Com o crescimento e a popularização dos meios digitais, a cada instante somos bombardeados de conteúdos e notícias. O que antes ficava restrito apenas a programas, frequências e editorias específicas, atualmente, nos é alcançado, de forma até involuntária, através das mídias e redes sociais.

A partir disso, concordando com Bistane e Bacellar (2005, p. 86), na afirmação de que “o público gosta de receber informação, mas de maneira interessante”, compreende-se que a disputa por audiência, em meio a tantos recursos disponíveis, aumenta diariamente. Transformando cada noticiário em verdadeiras vitrines, onde os produtos são as notícias e os vendedores, os jornalistas.

Quando se trata do meio televisivo, em que o tempo é algo extremamente raro (BORDIEU, 1997, p.23), prender a atenção do telespectador e envolvê-lo em sua programação se torna o principal objetivo, não sendo suficientemente apenas distraí-lo, mas necessário fidelizá-lo, como destaca Mattos (2001, n.p): “o objetivo primordial dos programas jornalísticos, inclusive telejornais, seria atingir a satisfação do telespectador de forma que ele se sinta atraído e fiel àquela programação”.

Dessa forma, para garantir o envolvimento do público, as notícias e a cobertura dos fatos são narradas como histórias, “reveladas com uma certa interpretação e até dramatização” dos fatos (MATTOS, 2001), o que para Ferreira (2015, n.p.) corresponde “aos moldes do que a cultura do espetáculo exige”, citando o escritor Llosa (2013) no entendimento de que:

As notícias passam a ser importantes ou secundárias, sobretudo, e às vezes exclusivamente, não tanto por sua significação econômica, política, cultural e social, quanto por seu caráter novidadeiro, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular. (FERREIRA 2015, n.p, apud LLOSA, 2013).

Logo, infere-se que a partir de tais características, a notícia se transforma em um fruto do sensacionalismo, classificado pelo “Dicionário essencial de Comunicação” como “estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público” (BARBOSA e RABAÇA, 2014, p.250).

Embora pareça atual, o sensacionalismo no jornalismo é mais antigo do que se pensa. No livro ‘Jornalismo Popular’, Amaral (2006) traça um percurso histórico do surgimento e trajetória de tal prática, atribuindo seu início ainda no século XVI com os jornais franceses

Gazette de France e *Nouvelles Ordinaires*, que "traziam informações fantásticas que agradavam a todos" (2006, p.17).

Todavia, apenas com a popularização dos periódicos, no final do século XIX, que o sensacionalismo se efetivou na imprensa, substituindo o tédio dos jornais tradicionais "por notícias sobre assassinatos, incêndios, suicídios e distúrbios de rua" (AMARAL, 2006, p.17).

No Brasil, essa modalidade ganhou força no telejornalismo a partir de programas populares, ainda na década de 90. Conhecida por "imprensa marrom", o jornalismo sensacionalista brasileiro "está ligado aos jornais e programas que privilegiam a cobertura da violência", valorizando aspectos como o exagero, a emoção e conteúdos descontextualizados em suas narrativas (AMARAL, 2006, p.21-22), como bem enfatiza Noblat (2008, p.31):

E, como nós valorizamos principalmente as notícias negativas, o mundo que os meios de comunicação retratam parece muitas vezes pior do que verdadeiramente é. É que aprendemos, com anos de ofício, que a notícia está no curioso, não no comum; no que estimula conflitos, não no que inspira normalidade; no que é capaz de abalar pessoas, estruturas, situações, não no que apascenta ou conforma; no drama e na tragédia e não na comédia ou no divertimento.

Ainda no que diz respeito ao sensacionalismo, Amaral (2006, p.20) alega que a diferença de um jornal dito "sensacionalista" para outro de cunho "sério" está na intensidade, destacando que "o sensacionalista é o grau mais radical de mercantilização da informação". Assim, baseada nessa afirmativa, a autora ainda complementa que esse modelo só seja considerado "tão somente distorção" (AMARAL, 2006, p.22).

4 A COBERTURA POLICIAL E SUAS VIOLAÇÕES ÉTICAS

Ao contrário das notícias que chegam aos telespectadores exclusivamente pelo seu grau de noticiabilidade, as notícias baseadas em cargas emocionais geralmente são referentes a acontecimentos que apresentam uma ruptura ou transgressão social, levando a uma "recriação simbólica" da realidade (MATTOS, 2001, n.p.).

Amaral (2006, p.23), ao descrever tal circunstância, explica que essas notícias:

[..] não emergem naturalmente do mundo real para o papel, não são o reflexo do que acontece. São um discurso sobre o mundo, redigidas com base em formas narrativas, pautadas por símbolos, estereótipos, clichês e metáforas.

E é em meio a tudo isso que o jornalismo policial surge e se torna um fenômeno por todo o Brasil, conquistando a aderência do público e espaço em diversas emissoras de TV.

Com uma linha editorial cheia de peculiaridades, em que a violência é a sua matéria-prima, os programas policiais se sustentam do entretenimento, das denúncias e da superexposição dos personagens envolvidos, tendo suas histórias marcadas pela linguagem coloquial, opinativa, e, às vezes, repleta de gírias e ofensas (PORTO, 2013).

Suas narrativas sobrecarregadas de senso comum, de caráter justiceiro, que denunciam crimes e “sentimentalizam as questões sociais” (AMARAL, 2006, p.21), não passam de meras estratégias de audiência, já que de acordo com a professora de Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, Esther Hambúrguer (apud BISTANE e BACELLAR, 2005, p. 85), "os jornalistas trabalham imaginando o que o público quer ouvir".

Investidos de uma autoridade auto-outorgada, apresentadores surgem na tela falando alto, dedo em riste, e se dizem indignados com a impunidade. Cínicamente, pedem o fim da violência, matéria-prima de seus produtos. Utilizam-se de temas grotescos ou sem a menor relevância para fazer muito estardalhaço. (BISTANE e BACELLAR, 2005, p.81).

Dessa forma, o compromisso de fazer um jornalismo baseado em seus próprios princípios éticos e sociais são interrompidos quando o desprezo ao discurso humanitário corrompe até aos que deveriam, por profissão, defender o exercício de uma comunicação democrática (LIESEN, 2020). No que diz respeito ao impacto que isso provoca, o mesmo autor enfatiza que as muitas infrações do jornalismo policial estão diretamente ligadas ao:

[...] desrespeito à presunção de inocência; incitação ao crime, à violência e à desobediência às leis ou às decisões judiciais; exposição indevida de pessoas e famílias; discurso de ódio e preconceito; violação do direito ao silêncio, tortura psicológica e tratamento degradante. (LIESEN, 2020, p.126).

Considerando o jornalismo um instrumento importante para o desenvolvimento instrutivo da população, já que a partir de nossos discursos os fatos são compreensíveis aos telespectadores, torna-se relevante destacar que o jornalista tem grande responsabilidade ética-social ao protagonizar uma reportagem, podendo estimular ou minimizar situações.

Refletindo sobre o que explicaria a violação sistemática dos direitos humanos pela mídia, Liesen (2020, p.122) questiona e atenta-se para alguns possíveis motivos:

Desconhecimento da própria legislação e dos códigos deontológicos do trabalho comunicacional? O desprezo por pautas sociais, libertárias e igualitárias? Ignorância sobre os papéis, os limites e as condutas da cobertura jornalística? Falta de uma fiscalização civil e governamental mais rígida?

Podendo considerar todas ou apenas algumas das opções destacadas pelo autor, para a jornalista Mabel Dias (2020), em reportagem ao *Le Monde Diplomatique* Brasil, o que os

programas policiaiscos não deixam é de ser rentáveis, já que mantém grande atenção e audiência dos telespectadores, o que, conseqüentemente, valoriza o espaço comercial e aumenta o faturamento das emissoras.

Concordando com o pensamento de que “a defesa de um espaço público que não viole os direitos fundamentais deveria estar acima de qualquer nicho de consumo” (LIESEN, 2020, p.128) e apoiado nos artigos 6º e 7º do Código de Ética dos Jornalistas (2007):

No 6º artigo, é dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. No 7º artigo o jornalista não pode: II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação; V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime.

5 TRAVESTILIDADE EM PAUTA: ENTRE ESTIGMAS, ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA

Ela tem cara de mulher
Ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito
Tem bunda
Tem peito
Afinal
O nome apropriado a satisfação
Feminina?
Balão rosa, mas só a nossa existência não afirma?
(QUEBRADA, 2017).

As questões de gênero e sexualidade baseadas unicamente em uma binariedade entre homem ou mulher levam a ver tudo que foge desse padrão normatizado como um “corpo estranho”, tomados como "minorias" e “postos à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria” (LOURO, 2018, p.61).

Azul ou rosa? Carros ou bonecas? Eis a questão! “Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque ‘é da sua natureza’, e costumamos realmente observar isso na sociedade” (JESUS, 2012b, p.5), relacionando o fator biológico-genital como excepcional para identificação do gênero de uma pessoa.

Todavia, sabe-se que há uma assimetria entre sexo e gênero. A sexualidade não consiste unicamente em predeterminações corporais, a ciência é diversa e temos acesso a demasiados conceitos sócio-psíquicos que afirmam a esses fatores de construção social.

De acordo com Jesus (2012b, p.8) o “sexo é biológico”, já o gênero, “construído pelas diferentes culturas”, é o conceito básico para entendermos o que é ser masculino ou feminino, homem ou mulher. Em contraponto a todas essas definições, a autora reitera que “o que importa não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012b, p.8).

Visto isso, Louro (2018, p.62) aponta que “há sujeitos de gênero “incoerentes”, “descontínuos”, indivíduos que deixam de se conformar às normas generificadas de inteligibilidade cultural pelas quais todos deveriam ser definidos”.

Esse é o caso das pessoas denominadas como transgêneros, ou popularmente conhecido, trans. Nessa identidade de gênero estão inseridas as pessoas transexuais (“homens trans” e “mulheres trans”) e as travestis. A grosso modo, transgênero corresponde às pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado no nascimento, tornando-se o inverso de cisgênero, ou de “cis”, que se refere às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído.

Jesus (2012b, p.10), ao discorrer sobre as dores que esses processos de autoemancipação de gênero causam, evidencia que:

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

5.1 Travestilidade e transexualidade

É evidente que a construção das identidades incorpora diferentes rótulos às suas perspectivas, constituindo distintas trajetórias históricas e sociais. Tais aspectos descritos podem influenciar a criação de estereótipos a partir de preconceitos e estigmas, vistos por Liesen (2020, p.27) como:

[...] ferramentas para manter segura a posição ocupada por aqueles que querem permanecer como o estrato hegemônico. São instrumentos de desumanização e despersonalização de pessoas para as quais se quer conceder reconhecimento e direitos.

No que se refere às particularidades entre mulheres transexuais e travestis, Jesus (2012b, p.15-16) reconhece que ambas performam e se reconhecem enquanto identidades femininas, adotando nomes sociais (o qual essas se identificam), aparência e comportamentos.

Já Carvalho (2018, n.p.), destacando as desigualdades, supõe que a diferença das duas está na origem da atribuição de estigmas a essas. Ressaltando que enquanto as travestis “são pervertidas a partir do olhar moral da sociedade”, as transexuais “são incorporadas numa categoria médico-psiquiátrica”, já que até a 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID) a transexualidade era considerada como um transtorno mental.

A partir do momento em que “a estereotipificação do outro é reconhecida como uma ameaça ou problema dado à minha própria identidade” (LIESEN, 2020, p.30), estratégias são criadas a fim de minimizar ou eliminar possíveis interferências.

Jesus (2012a, p.2) argumenta que a problematização da estigmatização dessa população “é o da exclusão extrema”, a ponto de negar acesso a direitos civis básicos, como ao próprio reconhecimento da identidade. Para além desses, a autora ainda descreve que muitas vezes essas mulheres são “excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade”, sendo a prostituição uma das únicas alternativas disponíveis, mas também não predeterminantes (JESUS, 2012b, p.16).

Sendo assim, a violência contra a população transgênero é apontada por Jesus (2012a, p.2) como transfobia, no entendimento de que:

[...] as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada — transfobia.

6 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

No dia 02 de setembro de 2020, o programa policial Cidade 190, da TV Cidade, afiliada da TV Record no Ceará, exibiu uma reportagem sobre o aumento do número de assassinatos contra travestis e transexuais no estado.

A matéria, com duração de cinco minutos e quarenta e cinco segundos, chamava a atenção para o registro de 15 homicídios cometidos contra mulheres trans e travestis desde janeiro, sendo 5 destes apenas no mês de agosto. Com o título “Travestis com medo da morte

revelam o perigo da profissão", a matéria já determina associadamente ao telespectador a ambientalização de onde se passará a reportagem e de qual profissão é essa citada, legitimando um estigma presente na vida de muitas travestis.

Citada como uma matéria “bem diferente”, o que infere-se que o conteúdo da reportagem se trata de algo novo ou desconforme, o apresentador José Filho destaca que o repórter foi “dar uma circulada pela madrugada de Fortaleza (capital da cidade) e que encontrou um grupo de trans (mulheres transexuais) que ganha a vida na rua, na noite”.

Após isso, entra o repórter Águia Dourada em ação. Em sua primeira fala, ele destaca que tem-se acompanhado “vários travestis que são executados e assassinados” na capital. Nesse momento, observa-se a falta de preparo e conhecimento do repórter acerca de assuntos relacionados a gênero e sexualidade, ao empregar o termo travesti flexionado ao gênero masculino, negligenciando a identidade feminina de tais mulheres.

A população de travestis e mulheres transexuais deve ser tratada conforme o seu gênero especificado. É uma violência verbal e de gênero ignorar a identidade elegível por elas mesmas, referindo-as no masculino. Ao longo de toda a reportagem, foram contabilizadas dezenove vezes em que o repórter insistiu em tratar as personagens no masculino, referindo-se por “os travestis”, “uns travestis” ou por “eles”.

Ainda no decorrer da matéria, o repórter conversa com uma profissional do sexo. Em um certo momento, ao questionar uma possível motivação dos assassinatos, o repórter indaga a entrevistada perguntando se ela acredita que a motivação dos crimes seja por “homofobia” (termo relacionado à orientação sexual e ao preconceito contra homossexuais). Logo, a entrevistada o corrige utilizando o termo correto, afirmando que sente ser “muita transfobia” (termo utilizado para designar o preconceito contra pessoas transexuais).

Entretanto, no fim da matéria o apresentador Águia Dourada continua a ignorar a aplicação dos termos de tratamento adequados a essa população e com uma sequência enfática, o repórter desfecha dizendo que “eles, eles, eles acham que tem homofobia nessa história toda”.

6.1 Comentários pós-reportagem

Após a exibição da reportagem, os apresentadores dedicam um minuto e dez segundos para a justificação do cunho da reportagem.

Ao iniciar a fala, o apresentador José Filho afirma sem apresentar nenhum dado que:

É importante ressaltar que a gente sabe que todos os dias milhares de homens e mulheres são assassinados. Que essa violência atinge a todos de maneira igual. Não importa a cor da pele, o sexo, a orientação religiosa, nada... a violência é igual pra todos.

Porém, sabe-se que as informações não procedem com a realidade, já que é de conhecimento de todos que há grupos sociais mais vulneráveis e marginalizados do que outros. Realizando um recorte social do que se e refere à esta pesquisa, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, a expectativa de vida de pessoas transgêneros, a qual estão inseridas as mulheres transexuais e travestis, gira em torno de 35 anos. O que corresponde a menos da metade do restante da população em geral.

Continuando em sua fala, o apresentador ainda reitera que:

[...] o que o Águia (repórter) quis mostrar é uma parcela da população pequena que sofre muito com o preconceito, a desigualdade, com o ódio. [...] mas isso não difere ninguém aqui pra essa violência que tem acabado com muitas vidas inocentes no nosso estado.

Minimizando a situação, o apresentador classifica essa “tal parcela da população pequena” como “minorias”, o que para Foucault apud Louro (2018, p.28) “nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas”.

Ainda com o espaço de fala, a outra apresentadora Emanuella Braga alega que “a mesma violência que atinge o público trans atinge outras camadas da população.”, e ainda por fim garante que “não tá diferenciando A de B”.

No entanto, Chagas e Nascimento (2017, n.p.) lembram que “os direitos fundamentais dessas pessoas são violados cotidianamente” simplesmente por ser quem são. E quando a mídia assume esse posicionamento eufemista, justificativo e generalista da violência, é reforçada a marginalização desses corpos já marginalizados. Como canta, Quebrada, Linn (2017):

Somos nada não
Somos ficção
É um quebra-cabeça
Que me quebra inteira
Sua inconsciência
Nos mantém na beira.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa, pôde-se perceber o poder de influência da mídia, o processo de construção das notícias e o quanto esse recebe influência e manipulação dos

conglomerados envolvidos na cadeia produtiva da informação. Além disso, foi possível também refletir sobre o impacto e desenvolvimento do jornalismo sensacionalista na construção de estereótipos, estigmas e violência a grupos socialmente vulneráveis, a exemplo da população transgênero, formada por mulheres transexuais e travestis.

Não sendo suficiente a exclusão e marginalização dessa população em suas instâncias sociais (família, escola, vizinhança), na mídia, principalmente através de programas de caráter policial, essa violência ganha força. Seja na satirização de seus corpos, no desrespeito à identidade de gênero ou na desconsideração de seus nomes sociais.

As travestis e transexuais quase nunca ganham espaço e nem visibilidade em pautas positivas. Entretanto, quando o cenário é inverso, retratando violência, polêmicas e escárnio, essas pessoas logo estampam as manchetes e imagens, sob narrativas espetacularizadas, tons estigmatizados e, frequentemente, postas como levianas ou perigosas.

Sob análise do estudo de caso feito nesta pesquisa, conclui-se que apesar da existência de inúmeros valores-notícias na elegibilidade da reportagem, sua construção e condução narrativa é levada a uma conclusão inconsciente já estereotipada pelo próprio direcionamento da matéria.

Ou seja, ao tratar do aumento do número de caso de assassinatos de mulheres trans e travestis no Ceará sob a perspectiva da prostituição, subtende-se que a motivação seja essa, desconsiderando o problema latente da transfobia, que acomete a essas pessoas por serem quem são.

Ademais, sabendo a influência que esses programas policiais exercem sobre o público, é preocupante perceber os profissionais de comunicação utilizando-se de termos incongruentes e pejorativos às transexuais e travestis e de discursos estigmatizados sobre a violência que afeta a essa população, legitimando a própria transfobia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. **Boletim nº 04/20** de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2020. Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/09/boletim-4-2020-assassinatos-antra-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185211, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Manuel Castells – Poder y Comunicación – Acampada Barcelona Mayo 2011**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUsNhz9Vxkk>. Acesso em: 22 out. 2020.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas, Brasília, agosto de 2006.

CIDADE 190. **EXCLUSIVO**: travesti com medo da morte revelam o perigo da profissão. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ke6UPYvoaVA>. Acesso em: 12 set. 2020.

DIAS, Mabel. A estética dos programas policiaescos chega ao noticiário tradicional. *[s.l.]*, **Le monde diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-estetica-dos-programas-policiaescos-chega-ao-noticiario-tradicional/>. Acesso em: 23 out. 2020.

FERREIRA, Carmélio Reynaldo. **Mídia e Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_carmelio_midia_dh.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. *In*: VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 6, 2012a, Brasília, **Anais eletrônicos**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline_Jesus/publication/233854734_Identidade_de_genero_e_politicas_de_afirmacao_identitaria/links/0912f50c2612f1ea35000000.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

JESUS, Jordane Trindade de.; RESENDE, Vitor Lopes. A Televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia. *In*: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto – MG, **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-sua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>. Acesso em: 12 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos**: elementos para um jornalismo responsável. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MATTOS, Marilene. O processo de construção da notícia no jornalismo de televisão: a seleção do fato e a organização visual da reportagem. *In*: VIII SIMPÓSIO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 8, 2001, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória, 2001. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/viii-sipsec/gt05/78_marilene%20Mattos_trabalho%20completo.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

NEVES, Daniela. **Valor ou mito**: objetividade e imparcialidade no jornalismo. *In*: Teorias do Jornalismo. Nicolato, Roberto (org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO, Pollyana Cabral. **Sensacionalismo na TV**: interesse público x interesse do público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Faculdades Integradas Promove de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/b9e454b6afdc3eb4cf8750929d2a66e0.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.

QUEBRADA, Linn. **Mulher**. São Paulo: Independente, 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/mulher/>. Acesso em: 28 out. 2020.

RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário essencial de comunicação**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

RIBEIRO, Alessandro. **A teoria do gatekeeper**. *In*: Teorias do Jornalismo. Nicolato, Roberto (org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of american newspaper*. New York: Basic Books, 1978.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**: Santa Catarina, n. 1, vol. 2, 2005.

VERNER, Afonso. Valores-Notícia e Critérios de Noticiabilidade na Web: A “Presença” da Audiência e a Necessidade de uma (Re)discussão Teórica. *In*: Seminário de iniciação científica para publicações em Jornalismo, 2019, Curitiba, **Anais eletrônicos...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://uniscal.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/PubliJor_Afonso_Verner.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.